

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

a) Informações gerais

A Mangels Industrial S.A. (Companhia ou Grupo) é uma sociedade por ações domiciliada no Brasil, sendo suas ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código MGEL3 e MGEL4. A sede social da Companhia está localizada à Rua José Versolato, 101, Bloco A, conjuntos, 91 e 92, 9º andar, Centro, município de São Bernardo do Campo – SP.

A Companhia tem por objetivo a produção e venda de: rodas automotivas de alumínio, de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e tanques de ar combustível para ônibus e caminhões, prestação de serviços de requalificação em recipientes para GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de GLP e centro de serviço de aço.

b) Aprovação das Demonstrações Contábeis

A emissão das informações financeiras da Mangels Industrial S.A. e suas controladas (controladora e consolidado) foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 07 de novembro de 2018.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis requer uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), estando de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.3 Consolidação

2.3.1 Demonstrações contábeis consolidadas

As informações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Mangels Industrial S.A. e suas controladas em 30 de setembro de 2018, apresentadas abaixo:

		Participação no capital social - %		
		30/09/2018		
	Principal atividade	País-sede	Direta	Indireta
Mangels Componentes da Amazônia Ltda	Comercialização de tiras e bobinas de aço	Brasil	99,99	-
Mangels International Corporation	Comercialização de produtos da Companhia	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	-
Mangels USA Corporation	Comercialização de produtos da Companhia	EUA	-	100,00
E. Koga & Cia Ltda - EPP	Classificação de vasilhames vazios de GLP	Brasil	100,00	-

Não houve alteração em relação ao exercício de 2017.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta data na qual a Mangels Industrial S.A. detém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

Todos os saldos intergrupo, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intergrupo, são eliminados por completo. Quando requerido, as políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Uma transação na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como entre o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constante nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.3.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CVM

- a) Os novos pronunciamentos, interpretações e alterações listadas a seguir entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

Normas

IFRS 9	Instrumentos financeiros
IFRS 15	Receita de contratos com clientes
Esclarecimento às IFRS 15	Receita de contratos com clientes, emitido em 12 de abril de 2016
Alterações na IFRS 2	Classificação e Mensuração de pagamento baseado em ações
Alteração na IFRS 4	Adoção da IFRS 9 Instrumentos financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros
Alteração no IAS 40	Transferência de Propriedade de Investimentos
IFRIC 22	Transações em moeda Estrangeira e Contraprestações Antecipadas
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2014-2016

A adoção das normas, alterações e interpretações citadas acima, em sua maioria não são aplicáveis ou não tiveram impacto significativo na posição financeira da Companhia e de suas controladas a partir de 01 de janeiro de 2018. As normas a seguir estão implementadas na posição financeira apresentada:

Instrumentos Financeiros “IFRS 9” – CPC 48

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9.

A Companhia não apurou nenhum impacto no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Empréstimos, bem como contas a receber de clientes, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicou a abordagem simplificada apurando as perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes, sempre menor que 12 meses. A Companhia apurou ajustes necessários na sua provisão para perdas.

Receita de Contratos com Clientes “IFRS 15” – CPC 47

A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituiu todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com a IFRS.

A Companhia optou pela aplicação retrospectiva modificada exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia atua na venda de rodas e cilindros. Esses bens são vendidos por conta própria em contratos identificados e separados com os clientes, e não existe nenhum serviço atribuído nessa venda.

Venda de bens

A venda desses bens são a única obrigação de execução, a adoção da IFRS 15 não apresentou impacto na receita e no resultado da Companhia. O reconhecimento de receita ocorrerá no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

Obrigações de garantia

A Companhia fornece garantias para reparos de avarias e devoluções em seus contratos com clientes ao qual são avaliadas e provisionadas com base em perdas históricas, entretanto, o histórico de perdas não são relevantes ao longo dos últimos anos, não havendo a constituição de provisões nos últimos dois exercícios.

Adiantamentos recebidos de clientes

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos somente de curto prazo de seus clientes. Eles são apresentados como parte de fornecedores e outras contas a pagar.

Abatimentos por volume

A Companhia oferece abatimentos retroativos por volume aos seus clientes sempre que a quantidade de bens adquiridos durante o período exceder um limite especificado no contrato. De acordo com a sua política contábil em vigor, a Companhia estima os abatimentos por volume esperados usando o método de abatimentos de valor da média ponderada por probabilidade e os inclui em outras contas a pagar.

A Adoção do IFRS 15 não apurou impacto na posição financeira da Companhia e de suas controladas a partir de 01 de janeiro de 2018.

a) Novas normas e interpretações que entraram em vigor posteriormente a 31 de dezembro de 2018:

Na data de elaboração desta ITR, as seguintes emissões e alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em, ou após
Melhorias anuais na IFRS	Ciclo 2015-2017	
IFRS 16	Arrendamentos	1º de janeiro de 2019
IFRIC 23	Incerteza sobre o tratamento de impostos de renda	1º de janeiro de 2019
Alteração na IFRS 9	Recursos de pré-pagamento com compensação Negativa	1º de janeiro de 2019
Alteração no IAS 28	Participação de longo prazo em coligadas e joint ventures	1º de janeiro de 2019
IFRS 17	Contratos de seguro	1º de janeiro de 2019
Alteração na IFRS 10 e IAS 28	Venda ou constituição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	1º de janeiro de 2019

Com base nas análises realizadas até o momento, a Companhia estima que a adoção dessas normas, alterações e interpretações não terá um impacto significativo nas ITRs consolidadas no período inicial de adoção.

2.4 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os grupos do ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o contábil e o valor justo, deduzidos dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

2.5 Apresentações de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia, suportada pelo Conselho de Administração.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição de estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização de informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações contábeis incluem várias estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, realização de créditos tributários diferidos, impairment nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques, provisão para contingências, gastos com a venda do imóvel de São Bernardo do Campo, entre outras.

a) Provisão para Desativação de Ativos

A Companhia descontinuou as atividades de têmpera, relaminação, decapagem e centro de serviços de aço, realizada na fábrica localizada em São Bernardo do Campo – SP, conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a desativação e a época esperadas dos referidos custos. O valor contábil da provisão em 30 de setembro de 2018 era de R\$15.973 (R\$18.678 em 31 de dezembro de 2017).

Todo o ativo imobilizado da fábrica de São Bernardo do Campo foi classificado como disponível para venda e foi efetuada a devida provisão de impairment para realização deste ativo. O valor contábil em 30 de setembro de 2018 era de R\$582 (R\$160 em 31 de dezembro de 2017), vide nota 25.

b) Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Não houve alteração na política adotada pela Companhia sobre reconhecimento de provisão para causas cíveis e trabalhistas em relação àquela adotada no encerramento do exercício social de 2017.

c) Prejuízos Fiscais

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar em 30 de setembro de 2018 no valor de R\$ 517.936 (R\$515.684 em 31 de dezembro de 2017). Esses prejuízos se referem a controladora e suas controladas, que apresentam histórico de prejuízos, estes não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

A controladora apresenta diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo, entretanto em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos acumulado no montante de R\$186.331 (R\$184.219 referente ao exercício de 2017) e aplicou os conceitos de ajuste a valor presente das projeções da Companhia.

4. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

A Companhia detém participação acionária em empresas que se dedicam a produção, comercialização e prestação de serviços nos segmentos em que atua.

A seguir é apresentado um resumo das informações financeiras dos investimentos nas empresas mencionadas:

	30/09/2018			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Total
Ativo circulante	32.081	8.721	4.398	45.200
Ativo não circulante	7.853	-	198	8.051
	39.934	8.721	4.596	53.251
Passivo circulante	1.389	6.073	1.328	8.790
Passivo não circulante	9.383	-	94	9.477
	10.772	6.073	1.422	18.267
Patrimônio líquido	29.162	2.648	3.174	34.984
Resultado líquido do exercício	3.106	75	919	4.100

	31/12/2017			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Total
Ativo circulante	27.906	7.142	3.544	38.592
Ativo não circulante	8.308	-	222	8.530
	36.214	7.142	3.766	47.122
Passivo circulante	477	5.016	1.417	6.910
Passivo não circulante	9.681	-	94	9.775
	10.158	5.016	1.511	16.685
Patrimônio líquido	26.056	2.126	2.255	30.437
Resultado líquido do período exercício	1.837	61	771	2.669

Saldos patrimoniais e transações nos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	30/09/2018			
	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - % Direta	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	8.274	99,99	29.162	3.105
Mangels International Corporation	20	100	2.648	75
E.Koga e Cia Ltda. - EPP	12	100	3.174	919

	31/12/2017			
	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - % Direta	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	8.274	99,99	26.056	1.837
Mangels International Corporation	20	100	2.126	61
E.Koga e Cia Ltda. - EPP	12	100	2.255	771

Movimentação dos investimentos

	Controladora			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda	E.Koga Ltda.	Mangels International Corporation	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	26.056	2.255	2.126	30.437
Equivalência patrimonial	3.106	919	75	4.100
Variação cambial sobre investimentos	-	-	447	447
Saldo em 30 de setembro de 2018	29.162	3.174	2.648	34.984

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- **Cilindros:** Situada em Três Corações, é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Goiânia (GO), Feira de Santana (BA), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR) e de fabricação de produtos estampados em formato de eixo “V” para automóveis.
- **Rodas:** Também situada em Três Corações (MG), a fábrica de rodas produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- **Centro de Serviços de Aços:** Instalado em Manaus (AM), o seguimento é responsável pelo fornecimento de tiras e bobinas laminadas a quente e frio, revestidas a zinco;

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

O total de ativo por segmentos reportáveis em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está apresentado a seguir:

	30/09/2018					
	Manaus	Cilindros	Rodas	Outros (*)	Operação descontinuada	Total
Ativos por segmento	39.934	112.198	149.217	1.244	59.535	362.128

	31/12/2017					
	Manaus	Cilindros	Rodas	Outros (*)	Operação descontinuada	Total
Ativos por segmento	36.214	96.970	122.454	22.787	58.272	336.697

(*) refere-se ao caixa, equipamentos de informática, impostos a recuperar, entre outros ativos

Unidade Rodas

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Receita Bruta	268.557	209.577
Receita Líquida	218.967	169.431
<i>Mercado Interno</i>	185.069	147.379
<i>Mercado Externo</i>	33.898	22.052
CPV	(185.917)	(161.266)
Lucro Bruto	<u>33.050</u>	<u>8.165</u>
<i>Margem Bruta</i>	15,1%	4,8%
Despesas Operacionais		
<i>Comerciais</i>	(1.249)	(1.611)
<i>Administrativas</i>	(13.428)	(13.831)
<i>Outras (despesas) receitas</i>	894	3.125
	<u>(13.783)</u>	<u>(12.317)</u>
Resultado Operacional	<u>19.267</u>	<u>(4.152)</u>

Unidade Cilindros

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Receita Bruta	149.621	198.367
Receita Líquida	114.314	151.353
<i>Mercado Interno</i>	113.909	149.698
<i>Mercado Externo</i>	405	1.655
CPV	(99.934)	(121.878)
Lucro Bruto	<u>14.380</u>	<u>29.475</u>
<i>Margem Bruta</i>	12,6%	19,5%
Despesas Operacionais		
<i>Comerciais</i>	(2.184)	(3.596)
<i>Administrativas</i>	(8.647)	(8.987)
<i>Outras (despesas) receitas</i>	(8)	1.168
	<u>(10.839)</u>	<u>(11.415)</u>
Resultado Operacional	<u>3.541</u>	<u>18.060</u>

Unidade Aços - Manaus

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Receita bruta	28.453	28.781
Receita líquida	27.085	26.422
<i>Mercado interno</i>	27.085	26.422
CPV	(21.689)	(23.203)
Lucro Bruto	<u>5.396</u>	<u>3.219</u>
<i>Margem bruta</i>	19,9%	12,2%
Despesas operacionais		
<i>Comerciais</i>	(439)	(729)
<i>Administrativas</i>	(610)	(762)
<i>Outras (despesas) receitas líquidas</i>	584	198
	<u>(465)</u>	<u>(1.293)</u>
Resultado operacional	<u>4.931</u>	<u>1.926</u>

Informações geográficas

Receitas de clientes

	Consolidado			
	30/09/2018			
	Cilindros	Rodas	Aços - Manaus	Total
Receita Líquida	114.314	218.967	27.085	360.366
Mercado Interno	113.909	185.069	27.085	326.063
Mercado Externo	405	33.898	-	34.303
América do Sul e Central	405	33.898	-	34.303

	Consolidado			
	30/09/2017			
	Cilindros	Rodas	Aços - Manaus	Total
Receita Líquida	151.353	169.431	26.422	347.206
Mercado Interno	149.698	147.379	26.422	323.499
Mercado Externo	1.655	22.052	-	23.707
América do Sul e Central	1.655	22.052	-	23.707

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento profissional e adoção de estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias, pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimo para aquisição de ativo imobilizado.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em

sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

b) Mensuração a valor justo

A Companhia apresenta a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações contábeis:

	Valor contábil		Consolidado	
			Valor justo	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	54.222	40.481	54.222	40.481
Títulos e valores mobiliários	2.522	2.430	2.522	2.430
Contas a receber de clientes	51.456	35.405	51.456	35.405
Tributos a recuperar	7.640	7.422	7.640	7.422
	<u>115.840</u>	<u>85.738</u>	<u>115.840</u>	<u>85.738</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores	32.527	30.023	32.527	30.023
Empréstimos e financiamentos	642.277	568.439	642.277	568.439
Tributos a recolher	6.382	5.837	6.382	5.837
	<u>681.186</u>	<u>604.299</u>	<u>681.186</u>	<u>604.299</u>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar, outros ativos financeiros, fornecedores e outras obrigações:* aproximam-se de seus valores de realização em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- *Títulos e valores mobiliários:* tem o valor de mercado mensurado através de cotações de preço na data das informações trimestrais e demonstrações contábeis.
- *Empréstimos e Financiamentos:* tem o valor de mercado mensurado com base no fluxo de caixa esperado, descontado a valor presente.

A tabela a seguir apresenta o nível de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau em que seu valor justo é estimado, sendo:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor

justo registrado sejam observáveis direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

		Consolidado		
	30/09/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos avaliados a valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	54.222	X	-	-
Títulos e valores mobiliários	2.522	-	X	-
Passivos avaliados a valor justo				
Empréstimos e financiamentos	642.277	X	-	-

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía direitos e obrigações em moeda estrangeira, conforme tabela a seguir:

	Regime de Competência							
	Controladora				Consolidado			
	Milhares de US\$		Milhares de R\$		Milhares de US\$		Milhares de R\$	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Direitos								
Caixa e equivalentes de caixa	6.341	5.508	25.388	18.219	6.457	5.625	25.855	18.609
Clientes	1.342	777	5.374	2.570	1.342	777	5.374	2.570
	7.683	6.285	30.762	20.789	7.799	6.402	31.229	21.179
Obrigações								
Empréstimos e financiamentos	81.731	79.610	327.241	263.349	81.731	79.610	327.241	263.349
Fornecedores	18	25	74	83	18	25	74	83
	81.749	79.635	327.315	263.432	81.749	79.635	327.315	263.432
Exposição líquida	89.432	85.920	358.077	284.221	89.548	86.037	358.544	284.611

a) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI (para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e empréstimos captados em moeda nacional); libor (para empréstimos captados no exterior) e dólar (clientes no mercado externo, fornecedores estrangeiros e empréstimos em moeda estrangeira).

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação

efetuada pela administração. Os cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A Companhia utilizou taxas de juros e dólar futuros projetados, obtidos junto ao Banco Central do Brasil na data do vencimento dos contratos. Dessa forma, as taxas praticadas em 30 de setembro de 2018 para desenvolvimento do cenário I, foram às seguintes: Libor Semestral 2,5935% a.a., Dólar R\$ 4,0039 e CDI 6,39 % a.a.

	Consolidado			
		Variação		
Passivos	Riscos	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em US\$	Aumento da Libor	(327.241)	(329.309)	(331.377)
Dívida em US\$	Aumento do US\$	(327.241)	(409.051)	(490.862)
Dívida em moeda nacional	Aumento do CDI	(315.036)	(319.766)	(324.497)
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do CDI	28.367	27.941	27.515
Títulos e valores mobiliários	Queda do CDI	5.518	5.435	5.352
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do US\$	25.855	19.391	12.928
Clientes	Queda do US\$	5.374	4.031	2.687

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

			Controladora		Consolidado	
			30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Remuneração média - %						
Em moeda nacional						
Certificado de Depósito Bancário - CDB	95,33%	CDI	21.344	-	22.849	3.641
Operações compromissadas	100,00%	CDI	-	9.882	-	9.882
Disponibilidade em conta-corrente			4.549	6.298	5.518	8.349
			25.893	16.180	28.367	21.872
Em moeda estrangeira						
Disponibilidade em conta corrente			25.388	18.219	25.855	18.609
			25.388	18.219	25.855	18.609
			51.281	34.399	54.222	40.481

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

		Controladora		Consolidado	
Remuneração média - %		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Em moeda nacional					
Certificado de Depósito Bancário - CDB	100% CDI	2.522	2.430	2.522	2.430
		2.522	2.430	2.522	2.430

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
No Brasil	44.773	32.341	46.349	33.073
No Exterior	5.374	2.570	5.374	2.570
	<u>50.147</u>	<u>34.911</u>	<u>51.723</u>	<u>35.643</u>
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(267)	(238)	(267)	(238)
	<u>49.880</u>	<u>34.673</u>	<u>51.456</u>	<u>35.405</u>

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
A vencer	49.717	32.473	51.209	33.088
Títulos vencidos				
de 1 a 30 dias	146	2.146	209	2.244
de 31 a 60 dias	8	93	8	93
de 61 a 90 dias	5	2	5	2
de 91 a 180 dias	121	5	121	26
de 181 a 360 dias	72	41	72	41
mais de 360	78	150	98	150
	429	2.438	514	2.557
	50.146	34.911	51.723	35.645

As movimentações das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa estão a seguir demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(238)	(238)
Complemento de provisão	(307)	(310)
Valores estornados e não utilizados	278	281
Saldo em 30 de Setembro de 2018	(267)	(267)

10. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Produtos acabados	9.603	12.255	12.088	14.287
Produtos em processo	14.671	11.672	14.672	11.673
Matérias-primas	14.975	12.646	18.876	14.902
Materiais auxiliares	8.725	9.428	8.888	9.514
Adiantamento a fornecedores	-	5	-	3.331
Perda estimada nos Estoques	(9.265)	(6.501)	(10.187)	(7.424)
	38.709	39.505	44.337	46.283

As movimentações da provisão para perdas nos estoques estão a seguir demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(6.501)	(7.424)
Complemento de provisão	(2.764)	(2.763)
Saldo em 30 de setembro de 2018	(9.265)	(10.187)

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
COFINS ⁽ⁱⁱ⁾	1.319	1.120	1.364	1.130
CSLL	584	342	734	342
ICMS ⁽ⁱ⁾	1.614	2.034	1.615	2.034
PIS e COFINS sobre o imobilizado	65	72	73	80
IPI	2.664	2.664	2.664	2.664
IRPJ	738	738	877	1.091
IRRF	252	-	280	-
PIS (ii)	24	79	33	81
Total circulante	7.260	7.049	7.640	7.422

- (i) O saldo a recuperar de ICMS é decorrente, basicamente, dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem regime de diferimento na venda e de aquisição de imobilizado, calculados conforme Decisão Normativa CAT Nº 1 de 25 de abril de 2001, os quais estão sendo aproveitados em 48 parcelas.
- (ii) O saldo a recuperar de PIS e COFINS é decorrente dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem como regime de tributação o cálculo não cumulativo e de aquisição de ativo imobilizado, calculados conforme Lei 10.637/2002 e 10.833/2003.

12. IMOBILIZADO

	Controladora						
	Terrenos	Edificações & benfeitorias	Equipamentos & Instalações	Veículos	Movéis e utensílios	Outros	Imobilizado em andamento
Custo total	4.481	39.710	274.655	1.008	9.909	118	6.469
Depreciação acumulada	-	(20.200)	(182.168)	(881)	(9.075)	-	-
Saldo em 31/12/2017	4.481	19.510	92.487	127	834	118	6.469
Aquisição	-	-	36	1	10	-	6.975
Baixas - custo	-	-	(788)	(102)	(67)	-	(1.488)
Baixas - depreciação	-	-	737	102	63	-	-
Transferência	-	755	4.059	69	-	-	(4.883)
Depreciação	-	(592)	(10.974)	(46)	(127)	-	-
Saldo em 30/09/2018	4.481	19.673	85.557	151	713	118	7.073
Custo total	4.481	40.465	277.962	976	9.852	118	7.073
Depreciação acumulada	-	(20.792)	(192.405)	(825)	(9.139)	-	-
Valor residual	4.481	19.673	85.557	151	713	118	7.073
Taxa anual média de depreciação %		2,0	6,3	20,0	11,0		

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações & benfeitorias	Equipamentos & Instalações	Veículos	Movéis e utensílios	Outros	Imobilizado em andamento
Custo total	4.516	47.304	285.487	1.038	10.093	118	6.480
Depreciação acumulada	-	(22.410)	(190.742)	(908)	(9.198)	-	-
Saldo em 31/12/2017	4.516	24.894	94.745	130	895	118	6.480
Aquisição	-	1	42	1	10	-	7.087
Baixas - custo	-	-	(789)	(102)	(67)	-	(1.488)
Baixas - depreciação	-	-	894	102	63	-	-
Transferência	-	755	4.175	69	2	-	(5.001)
Depreciação	-	(775)	(11.536)	(47)	(141)	-	-
Saldo em 30/09/2018	4.516	24.875	87.531	153	762	118	7.078
Custo total	4.516	48.060	288.915	1.006	10.038	118	7.078
Depreciação acumulada	-	(23.185)	(201.384)	(853)	(9.276)	-	-
Valor residual	4.516	24.875	87.531	153	762	118	7.078
Taxa anual média de depreciação %		2,00	6,30	20,00	11,00		

- (a) O saldo do ativo imobilizado inclui avaliações por custo atribuído de terrenos, edifícios, equipamentos e instalações, sendo a última efetuada em 30 de setembro de 2007. Em 30 de setembro de 2018, o saldo líquido dos bens avaliados é de R\$15.775 (R\$16.261 em 31 de dezembro de 2017), sendo nessa data o valor das depreciações acumuladas de R\$19.175 (R\$18.955 em 31 de dezembro de 2017).
- (b) Parte dos imóveis e equipamentos está vinculada como garantia para os empréstimos e financiamentos tomados junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras, conforme mencionado na nota 14.

13. INTANGÍVEL

	Controladora e Consolidado	
	Software	Total
Custo Total	26.632	26.632
Amortização	(24.302)	(24.302)
Saldo em 31/12/2017	<u>2.330</u>	<u>2.330</u>
Aquisição	15	15
Amortização	(1.263)	(1.263)
Saldo em 30/09/2018	<u>1.082</u>	<u>1.082</u>
Custo Total	26.647	26.647
Amortização	(25.565)	(25.565)
Valor residual	<u>1.082</u>	<u>1.082</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Controladora		Consolidado	
	Juros % a.a.	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Moeda nacional					
Credores com garantia real	10				
Banco da Amazônia S/A		-	-	3.877	3.790
Credores quirografários	CDI + 0,5				
Banco Bradesco S/A		101.676	98.211	101.676	98.211
Banco Itaú BBA S/A		86.888	83.950	86.888	83.950
Caixa Econômica Federal		9.064	8.753	9.064	8.753
Banco Safra S/A		11.210	10.828	11.210	10.828
Banco do Brasil S/A		94.919	91.701	94.919	91.701
Credores fiduciários					
Banco da Amazônia S/A	10	-	-	5.996	5.847
Banco do Brasil S/A	4,5	1.406	2.010	1.406	2.010
		305.163	295.453	315.036	305.090
Moeda estrangeira					
Credores com garantia real	5				
DEG		49.033	39.368	49.033	39.368
FMO		94.948	76.233	94.948	76.233
Credores quirografários	Libor + 2,55				
Banco Bradesco S/A (credito em US\$)		161.778	130.429	161.779	130.429
Banco Votorantim S/A - crédito em US\$		21.481	17.319	21.481	17.319
		327.240	263.349	327.241	263.349
Total dos empréstimos e financiamentos		632.403	558.802	642.277	568.439
Circulante		10.718	1.358	11.275	1.381
Não Circulante		621.685	557.444	631.002	567.058

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira estão atrelados a moeda norte americana.

Os empréstimos do DEG / FMO têm como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de São Bernardo do Campo, cujo montante está registrado na rubrica “Ativo de operações descontinuadas”.

O empréstimo junto ao Banco da Amazônia S/A, tem como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de Manaus, cujo valor contábil em 30 de setembro de 2018 era de R\$7,1 milhões.

A dívida junto ao Banco do Brasil refere-se a operações de FINAME que tem como garantia o equipamento financiado.

A seguir seguem demonstrados os empréstimos e financiamentos por data de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
2018	7.238	1.358	7.292	1.381
2019	7.276	6.789	8.282	7.750
2020	11.912	11.215	12.918	12.176
2021	13.666	12.553	14.672	13.514
2022	28.778	27.035	29.784	27.997
2023	39.552	35.730	40.558	36.691
2024	128.323	107.887	129.330	108.848
2025	21.596	21.239	22.602	22.200
2026	374.061	334.996	375.067	335.958
2027 em diante		-	1.771	1.924
	<u>632.403</u>	<u>558.802</u>	<u>642.277</u>	<u>568.439</u>

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Moeda nacional				
Fornecedores	20.408	12.227	20.611	12.365
Credores com garantia real	591	1.005	591	1.006
Credores quirografários				
Estratégicos	5.615	9.551	5.686	9.672
Outros	5.499	6.814	5.565	6.897
	<u>32.113</u>	<u>29.597</u>	<u>32.453</u>	<u>29.940</u>
Moeda estrangeira				
Fornecedores	74	83	74	83
	<u>74</u>	<u>83</u>	<u>74</u>	<u>83</u>
	<u>32.187</u>	<u>29.680</u>	<u>32.527</u>	<u>30.023</u>
Circulante	23.231	18.100	23.465	18.306
Não Circulante	8.956	11.580	9.062	11.717

A seguir seguem demonstrados os fornecedores por data de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
2018	19.636	18.100	19.840	18.307
2019	6.227	5.310	6.289	5.372
2020	3.292	3.258	3.330	3.296
2021	1.213	1.205	1.227	1.219
2022	1.213	1.205	1.227	1.219
2023	606	602	614	610
	<u>32.187</u>	<u>29.680</u>	<u>32.527</u>	<u>30.023</u>

16. PROVISÃO PARA RISCOS E DISCUSSÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas e tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais.

Abaixo demonstramos os saldos das provisões para riscos e discussões judiciais e dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões judiciais	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Trabalhistas e previdenciárias	3.088	2.455	(13.638)	(16.078)
Tributárias	2.443	2.443	(375)	(375)
Outras	87	63	(923)	(923)
	<u>5.618</u>	<u>4.961</u>	<u>(14.936)</u>	<u>(17.376)</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(16.078)	(375)	(923)	(17.376)
Reclassificação ⁽ⁱ⁾	(55)	-	-	(55)
Baixas	2.495	-	-	2.495
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>(13.638)</u>	<u>(375)</u>	<u>(923)</u>	<u>(14.936)</u>

(i) A reclassificação se fez mediante análise do saldo contabilizado anteriormente em “Depósitos judiciais”.

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões judiciais	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Trabalhistas e previdenciárias	3.096	2.458	(13.798)	(16.238)
Tributárias	3.048	3.048	(375)	(375)
Outras	376	330	(923)	(923)
	<u>6.520</u>	<u>5.836</u>	<u>(15.096)</u>	<u>(17.536)</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(16.238)	(375)	(923)	(17.536)
Reclassificação ⁽ⁱ⁾	(55)	-	-	(55)
Baixas	2.495	-	-	2.495
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>(13.798)</u>	<u>(375)</u>	<u>(923)</u>	<u>(15.096)</u>

(i) A reclassificação se fez mediante análise do saldo contabilizado anteriormente em “Depósitos judiciais”.

Riscos classificados como prováveis – estão devidamente provisionadas na rubrica Provisão para riscos e discussões judiciais e representadas conforme abaixo descrito:

- Trabalhistas e previdenciárias: são representados por ações trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, tais como: horas-extras, equiparação salarial e outros;
- Tributárias: são representadas por ações de compensação de PIS/ COFINS sobre crédito presumido de IPI, sobre exportações e créditos extemporâneos de ICMS.
- Outras: representado por ação cível.

Riscos classificados como possíveis- não têm provisões reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos administrativos ou demandas judiciais conforme descrito abaixo:

a) *Tributárias*

- i) PIS E COFINS - Compensações do crédito presumido de IPI referente ao 1º e ao 3º trimestre de 2000 com débitos de PIS e COFINS não homologados pela fiscalização federal, efetuadas no exercício de 2003, no valor de R\$ 3,90 milhões, atualizado até 30 de setembro de 2018.
- ii) CPMF – Compensações de créditos acumulados de IPI no período de 2002 a 2005 com débitos de CPMF. Referem-se a créditos reconhecidos parcialmente pelo Fisco, o qual

entendeu que os mesmos seriam insuficientes uma vez que também incluiu aos débitos da CPMF multa de mora. O montante corresponde a R\$ 5,83 milhões, atualizado até 30 de setembro de 2018.

- iii) CSLL/IRPJ e outros – Compensações de crédito de PIS/COFINS sobre exportação referente o 1º e 2º trimestres de 2004 com débitos da CSLL/IRPJ e outros, não homologadas pela fiscalização federal por contemplar vendas para a Zona Franca de Manaus. O montante é de R\$ 7,05 milhões, atualizado até 30 de setembro de 2018.
 - iv) Compensação de IRRF e outros com saldo credor de IPI/06, não homologadas. A Companhia apresentou as respectivas defesas. O montante envolvido é R\$ 389 mil, atualizado até 30 de setembro de 2018.
- b) *Previdenciárias*
- i) INSS e SAT sobre folha de pagamento e multas - Em novembro de 2007 foi lavrada notificação fiscal de lançamento de débito - NFLD pelo INSS, em razão de recolhimentos a menor de contribuições previdenciárias (INSS, SAT e terceiros) no período de 2002 a 2006. O montante envolvido é de R\$ 6,07 milhões, atualizado até 30 de setembro de 2018.
 - ii) INSS e Salário Educação - Compensações de Salário Educação com débitos de INSS e Salário Educação no período de janeiro de 1999 a fevereiro de 2002, mediante acórdão favorável transitado em julgado, o qual foi rescindido por decisão proferida em Ação Rescisória. A companhia apresentou recurso. O montante envolvido é de R\$ 7,12 milhões, atualizado até 30 de setembro de 2018.
- c) *Cíveis*

A Companhia é parte em três ações cíveis, entre as quais duas no âmbito da justiça cível e uma na justiça federal, movidas por prestadores de serviços e INSS, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 4,22 milhões, atualizado até 30 de setembro de 2018.

17. INFORMAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

a) Saldos com partes relacionadas

Com empresas consolidadas	Passivo circulante	
	30/09/2018	31/12/2017
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	19.675	16.167
Mangels International Corporation	2.063	1.639
E.Koga & Cia. Ltda. - EPP	3.418	1.592
Controladora	25.156	19.398

Os saldos acima apresentados são contratos de mútuo entre as empresas controladas pela Mangels Industrial S/A.

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
	Passivo não Circulante	Passivo não Circulante
<u>Empréstimos e financiamentos</u>		
Com acionistas minoritários		
Caixa Econômica Federal	9.064	8.753

Todas as transações acima estão em condições pactuadas entre as partes.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração – Consolidado

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. O valor da remuneração paga ou a pagar, relativa ao período findo em 30 de setembro de 2018 foi de R\$3.680 (R\$4.473 em 30 de setembro de 2017).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital subscrito e integralizado era de R\$171.272.996,71, representados por 5.783.212 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.067.243 ordinárias e 3.715.969 preferenciais.

As ações preferenciais não gozam de direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, todavia têm: prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza.

A posição acionária em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

	30/09/2018					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Mangels S.A.	2.065.672	99,92	55	-	2.065.727	35,72
Robert Max Mangels	24	-	881.949	23,73	881.973	15,25
Caixa Econômica Federal	-	-	479.422	12,90	479.422	8,29
José Antonio Bortoluzzo Neto	-	-	400.000	10,76	400.000	6,92
Antonio Farina	-	-	300.200	8,08	300.200	5,19
André Ricardo Beim	-	-	281.400	7,57	281.400	4,87
Outros	1.547	0,08	1.372.943	36,96	1.374.490	23,76
Total	<u>2.067.243</u>	<u>100,00</u>	<u>3.715.969</u>	<u>100,00</u>	<u>5.783.212</u>	<u>100,00</u>

31/12/2017					
	Ordinárias		Preferenciais		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade %
Acionistas					
Mangels S.A.	2.065.672	99,92	55	-	2.065.727 35,72
Robert Max Mangels	24	-	881.949	23,73	881.973 15,25
Caixa Econômica Federal	-	-	479.422	12,90	479.422 8,29
José Antonio Bortoluzzo Neto	-	-	400.000	10,76	400.000 6,92
Antonio Farina	-	-	300.200	8,08	300.200 5,19
André Ricardo Beim	-	-	281.400	7,57	281.400 4,87
Outros	1.547	0,08	1.372.943	36,96	1.374.490 23,76
Total	2.067.243	100,00	3.715.969	100,00	5.783.212 100,00

b) Avaliação por custo atribuído

A realização da avaliação por custo atribuído da Companhia é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens avaliados e transferidos para prejuízos acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

c) Mercado de capitais

Os papéis da Mangels são negociados substancialmente nos pregões realizados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Em 30 de setembro de 2018 havia em circulação no mercado, 1.547 ações ordinárias e 2.530.610 ações preferenciais representando 43,81% do total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 0,08% das ações ordinárias e 68,10% das ações preferenciais.

19. RESULTADO POR AÇÃO

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	30/09/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(18.829)	(33.846)	(52.675)
Resultado atribuível aos acionistas	(18.829)	(33.846)	(52.675)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	(9,1083)	(9,1083)	(9,1083)
Quantidade média das ações ponderadas no período	2.067.243	3.715.969	5.783.212

	31/12/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(8.693)	(15.626)	(24.319)
Resultado atribuível aos acionistas	<u>(8.693)</u>	<u>(15.626)</u>	<u>(24.319)</u>
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	(4,2051)	(4,2051)	(4,2051)
Quantidade média das ações ponderadas no exercício	2.067.243	3.715.969	5.783.212

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferências e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

20. RESULTADO FINANCEIRO

20.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Juros sobre aplicações financeiras	1.130	1.927	1.259	2.132
Descontos obtidos	62	15	62	15
Outras receitas	21	435	24	447
	<u>1.213</u>	<u>2.377</u>	<u>1.345</u>	<u>2.594</u>

20.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Tarifas bancárias	(211)	(207)	(231)	(218)
Juros sobre empréstimos	(25.375)	(30.312)	(25.913)	(30.939)
Juros passivos	(862)	(2.273)	(870)	(2.290)
Outras despesas	(184)	(1.058)	(122)	(1.031)
	<u>(26.632)</u>	<u>(33.850)</u>	<u>(27.136)</u>	<u>(34.478)</u>

20.3. Variações monetárias e cambiais

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017
Variações monetárias e cambiais	(53.054)	6.800

21. DESPESA POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Matérias-primas consumidas	(232.741)	(229.887)	(251.800)	(246.364)
Despesas com pessoal	(16.704)	(21.393)	(17.180)	(22.076)
Depreciação e amortização	(12.100)	(14.167)	(12.703)	(15.082)
Outros custos, despesas e receitas	(50.768)	(50.611)	(52.415)	(52.341)
Despesa por natureza	<u>(312.313)</u>	<u>(316.058)</u>	<u>(334.098)</u>	<u>(335.863)</u>
Custo das mercadorias vendidas	(286.602)	(287.444)	(307.542)	(306.347)
Com vendas	(3.551)	(5.469)	(3.870)	(5.936)
Gerais e administrativas	(22.160)	(23.145)	(22.686)	(23.580)
Despesas por função	<u>(312.313)</u>	<u>(316.058)</u>	<u>(334.098)</u>	<u>(335.863)</u>

22. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Outras receitas operacionais				
Receita de impostos (extemporâneos)	153	2.432	153	2.432
Receita de venda de ativos	3.345	6.739	3.351	6.739
Benefício IRPJ - SUDAM	-	-	670	-
Outras receitas	-	49	-	55
	<u>3.498</u>	<u>9.220</u>	<u>4.174</u>	<u>9.226</u>
Outras despesas operacionais				
Resultado na venda de ativos	-	(43)	-	(43)
Despesas com recuperação judicial	-	(604)	-	(604)
Multas diversas	(127)	(357)	(128)	(357)
Honorários advocatícios	(641)	(140)	(641)	(142)
Outras despesas	(2.061)	(3.608)	(1.936)	(3.589)
	<u>(2.829)</u>	<u>(4.752)</u>	<u>(2.705)</u>	<u>(4.735)</u>
	<u>669</u>	<u>4.468</u>	<u>1.469</u>	<u>4.491</u>

23. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE BENS E / OU SERVIÇOS

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Receita Bruta	419.006	414.434	446.630	436.725
Impostos e taxas sobre vendas, cancelamentos e devoluções	(85.664)	(89.023)	(86.263)	(89.519)
Receita líquida	<u>333.342</u>	<u>325.411</u>	<u>360.367</u>	<u>347.206</u>

24. IMPOSTOS SOBRE O RESULTADO

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal brasileira nos exercícios findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Operação continuada				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(52.675)	(9.638)	(51.107)	(9.250)
Adição (Exclusão) do resultado da equivalência patrimonial	(4.100)	(1.214)	-	-
Lucro (Prejuízo) após a exclusão/adição do resultado da equivalência patrimonial	(56.775)	(10.852)	(51.107)	(9.250)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	19.304	3.690	17.376	3.145
Ajustes para apuração da alíquota efetiva				
Despesas não dedutíveis	(370)	(552)	(370)	(554)
Ativo diferido não constituído	(766)	(8.442)	(766)	(8.400)
Compensação prejuízos fiscais	-	-	-	-
Outros	(18.168)	5.304	(17.808)	5.421
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(1.568)	(388)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período	-	-	(1.568)	(388)

O imposto de renda e a contribuição social são calculados conforme legislação e alíquota vigentes à data do balanço - alíquota de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social sobre o lucro. De acordo com as disposições da instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, são registrados contabilmente os créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

a) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

- (i) Em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos acumulados no montante de R\$186.331 (R\$184.219 em 30 de setembro de 2017) e aplicou os conceitos de ajuste a valor presente das projeções da Companhia.
- (ii) *Tributos diferidos ativos*: os saldos dos tributos diferidos ativos são compostos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias referentes a provisões, cujo imposto será realizado quando do desfecho das correspondentes provisões. As atuais previsões de lucratividade futura da Companhia, descontadas a valor presente, não demonstraram lucro tributável no montante suficiente para suportar o imposto de renda e contribuição social diferido.

Abaixo demonstrado os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, reconhecidos:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	129.484	128.103
Contribuição diferida sobre base negativa	48.382	46.796
Diferenças temporárias		
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	91	113
Provisões para contingências	4.951	7.842
Provisões de comissões sobre vendas	-	-
Provisões para PLR	1.396	1.082
Provisão para perdas em inventário	3.150	1.569
Provisão para perdas de imobilizado destinado a venda	185	134
Variação cambial - Regime de caixa	-	-
Provisão indedutível	122	-
Provisões Phase Out - SBC	3.978	4.124
Outros	22	105
Diferido não constituído em exercícios anteriores	(186.331)	(184.219)
Diferido não constituído neste exercício	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	5.430	5.649
Impostos diferidos sobre reavaliação de ativos	(5.430)	(5.649)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(5.430)	(5.649)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	-	-

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e mundial, seleção de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de vendas, alíquotas de impostos e outros que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como a base tributável do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, e, diversas outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo único de lucros futuros da Companhia e suas controladas.

(iii) *Tributos diferidos passivos*: A Companhia calcula tributos diferidos passivos sobre as reavaliações efetuadas e está transferindo este valor para o resultado à medida de sua realização por depreciação ou baixa dos bens.

b) Subvenções governamentais

A Companhia através da sua controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do

Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

Tal incentivo tem como fundamento legal o artigo 23 do Decreto-lei nº 756/ 69, Decreto nº 94.075, de 5/5/1987, Art. 3º da Lei nº 9.532, de 10/12/2007, com alterações introduzidas pelo Artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/8/2001, com redação dada pelo Art. 32 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e conforme o Art. 5º e Art.13 da Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007.

A redução do Imposto sobre a Renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

25. OPERAÇÃO DESCONTINUADA E IMOBILIZADO DESTINADO A VENDA

A Companhia em 2012 descontinuou algumas unidades de negócios com o objetivo de otimizar os seus resultados, fortalecer a sua posição financeira e capitalizar a Companhia.

Os ativos estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendida a um potencial comprador no seu estado atual.

O encerramento total das atividades desenvolvidas na planta de São Bernardo do Campo ocorreu em julho de 2013, inclusive com as vendas de certos ativos.

- a) As principais classes de ativos e passivos do negócio de Aços, classificados como mantidos para venda em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo		
Circulante		
Contas a Receber	2.772	1.151
Estoques	1	1
Demais ativos	<u>796</u>	<u>831</u>
	3.569	1.983
Não Circulante		
Imobilizado destinado a venda	53.037	53.037
(-) Ajuste ao valor justo de venda e despesas a incorrer na alienação	(582)	(160)
Ativo imobilizado	317	404
Demais ativos	<u>3.194</u>	<u>3.008</u>
	<u>55.966</u>	<u>56.289</u>
	<u>59.535</u>	<u>58.272</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	1.380	913
Outros passivos	1.495	1.619
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio	<u>11.713</u>	<u>12.018</u>
	14.588	14.550
Não Circulante		
Outros passivos	829	3.678
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio	<u>4.273</u>	<u>6.768</u>
	<u>5.102</u>	<u>10.446</u>
	<u>19.690</u>	<u>24.996</u>
Ativos líquidos diretamente associados a descontinuidade do negócio	<u>39.845</u>	<u>33.276</u>
Demonstração do resultado	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<u>3.351</u>	<u>2.127</u>
Resultado da operação descontinuada	<u>3.351</u>	<u>2.127</u>

b) Imobilizado destinado a venda:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Imobilizado destinado a venda - operação descontinuada	52.455	52.877
Imobilizado destinado a venda	7.850	7.997
	<u>60.305</u>	<u>60.874</u>

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes.